

MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ALGUNS APONTAMENTOS HISTÓRICOS

Luana Leão Afro¹
Ferdinando Santos de Melo²
Tânia Maria Dantas Flores³

GT 01 – Educação de Crianças, Jovens e Adultos

RESUMO: A proposta deste artigo é trazer alguns apontamentos históricos acerca da vinculação dos movimentos sociais com a Educação de Adultos, bem como as primeiras iniciativas para esta modalidade em âmbito nacional, que se estenderam de fins da Era Vargas à eclosão do golpe militar. Ressaltamos ainda algumas experiências de décadas mais recentes, a exemplo do PROEJA e do Projovem. Para tanto, utilizamos como aportes centrais os textos de Paiva, Gohn, Saviani, Frigotto, Freire, dentre outros, bem como as obras de referência e o aparato normativo-legal relativo ao lapso temporal demarcado para a elaboração deste trabalho.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Educação de Jovens e Adultos; Balanço Histórico.

ABSTRACT: The purpose of this paper is to provide some historical notes about the link between social movements and Adult Education, as well as the first steps for this type nationwide, which extended the purpose of Vargas to the outbreak of the military coup. We emphasize still some more recent decades of experiences, such as the PROEJA and Projovem. Therefore, we use as central intakes Paiva texts, Gohn, Saviani, Frigotto, Freire, among others, as well as reference works and the normative-legal apparatus for the time gap demarcated for this study.

Keywords: Social Movements; Youth and Adult Education; History sheet.

¹ - Graduada em Pedagogia pela UNEB, Mestranda em Educação pela UFS, E-mail: luandot@hotmail.com

² - Graduado em Pedagogia pela Faculdade Pio Décimo, Grupo de Pesquisa Educação e Movimentos Sociais da UFS, E-mail: ferdinandomelo@hotmail.com

³ - Graduada em Letras Vernáculas pela UNEB, Mestranda em Educação pela UFS, Grupo de Pesquisa Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero – UFS, E-mail: taniaflores@ifba.edu.br

INTRODUÇÃO

Para que haja a possibilidade da educação popular é necessária a construção do poder popular. Esta construção refere-se à capacidade de organização das classes sociais que lutaram pelos seus interesses. A educação está atrelada a um poder político da sociedade que nos possibilita compreender melhor a sociedade em que vivemos. No contexto atual, embora exista a educação popular, as escolas em suas maiorias partem por direções totalmente adversas do que consideramos educação popular. No decorrer da história foi havendo uma precarização do processo educacional do país e foi-se produzindo jovens e adultos que não conseguiram acompanhar o tempo escolar no que se refere à idade/série adequadamente. Neste sentido, em termos de garantia de direitos, o Brasil tem uma dívida histórica com a EJA. Assim, como tentativa de ampliar as ações educativas, o Programa Nacional de alfabetização estabelecido em 1963 pelo Ministério da Educação tinha como perspectiva utilizar o método Paulo Freire de alfabetização de adultos, para que os mesmos aprendessem partindo de suas realidades e singularidades.

No início século XX, em torno de 60% da população brasileira era totalmente analfabeta, e neste período só quem tinha o acesso à educação era a população elitizada. Somente em 1961, houve a constituição do sistema nacional de educação.

A razão da produção de jovens e adultos com distorções idade/série por muitos anos e até hoje é muitas vezes relacionada exclusivamente ao contexto intra e extraescolar que se reflete nas metodologias que podem estar dificultando, no currículo escolar que pode não agradar aos jovens, o reconhecimento da total falência de interesse, condições precárias de moradia, dificuldades por ser mãe ou pai precocemente, transporte, alimentação, trabalho, salário, empregos, entre outras ações. Sobretudo, existem diversos fatores que influenciam essa situação, inclusive a ausência de projetos do poder político e as más condições de vida que influenciam até mesmo a dedicação precoce do jovem ao trabalho, que em sua maioria deixa de estudar priorizando esta responsabilidade.

Alguns conservadores acreditam que o processo de democratização da escola pública implicou em perda de qualidade do ensino, todavia o acesso cada vez mais de pessoas à escolarização contribui para a mudança das condições materiais de existência e para o tensionamento das estruturas sociais estabelecidas historicamente. É pela Educação que muitos conseguem ascender social, política e economicamente, rompendo com um ciclo quase cristalizado de definição de *status quo* impregnado pelo poder hegemônico. Se o país não garantir emprego, renda, moradia digna, transporte de qualidade, saneamento, saúde pública,

infelizmente a educação não vai melhorar. A valorização do professor no que tange a melhores salários também está influenciada nesse contexto, pois o incentivo aos profissionais de educação no tocante à sua valorização tende a estimulá-los e conseqüentemente possibilitar subsídios para a qualificação do seu trabalho.

Essa disparidade idade/série que ocorre com os jovens e adultos é o resultado da exclusão social para com estes. Mesmo com todo o esforço de universalização do sistema educacional, ainda não há escola para todos. A questão da “universalização” não é suficiente, pois a educação popular tem dificuldades de adentrar em suas bases no currículo da EJA, em virtude da força do próprio sistema capitalista, absorvida pelos sistemas de ensino e pelas escolas⁴. Nem todos têm acesso a uma educação de qualidade, capaz de garantir os elementos formativos para o ingresso numa Universidade.

Custa caro para as elites compreenderem que a diversidade e o pluralismo de ideias e concepções precisam estar presentes numa sociedade de classe. E na escola, mais do que nunca é necessário verificar a participação dos pais e da comunidade, em prol no ensino da EJA, para que de forma crítica, o conhecimento possa ser produzido pelos mais diversos atores. Numa sociedade capitalista de exclusão não há possibilidade de cidadania enquanto não houver essa distribuição da riqueza. A natureza do sistema capitalista impede a possibilidade de cidadania no que tange ao usufruto dos direitos em sua integralidade.

2- EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: PERSPECTIVA HISTÓRICA

Um dos temas mais debatidos no âmbito da educação brasileira é a Educação de Jovens e Adultos. Desde 1920, a questão do analfabetismo tem sido marcada por inúmeras vicissitudes. Só por volta de 1946-1947 é oficializada a primeira Campanha Nacional de Alfabetização de Jovens e Adultos, organizada e coordenada pelo educador e integrante do movimento dos pioneiros da Escola Nova Lourenço Filho. Esta Campanha durou até meados de 1950. Ainda em 1947, a Campanha de Educação de Adultos, organizada pelo Ministério da Educação e Saúde, tinha por propósito propiciar "educação de base" ou educação qualificada

⁴- Um exemplo é o Ensino Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Muitas ofertas de cursos do PROEJA são orientadas pela força dos arranjos produtivos locais, ou seja, a formação dos jovens e adultos está organicamente ligada ao que determina o capital.

necessária a todos os brasileiros analfabetos, tanto nas zonas urbanas como nas zonas rurais. Nesta perspectiva, os indivíduos que não tiveram acesso à educação em suas idades normais dos 07 aos 14 anos, passavam a integrar a EJA.

No campo político, a década de 1980 foi marcada por grandes eventos de muita significação, como o fim do regime militar, a fundação das centrais sindicais, a Constituição de 1988, as várias formas de organização da sociedade civil, fortalecimento dos movimentos sociais e, principalmente, a constituição de uma nova ordem a partir do reestabelecimento da democracia, além da realização da primeira eleição direta para a Presidência da República desde o fim da ditadura. Segundo Oliveira (2001), o embate eleitoral travado em 1989 produziu um abalo no consenso das classes dominantes, como poucas vezes se viu no Brasil:

A primeira foi a abolição da escravatura, que rompeu o consenso pelo lado conservador. (...) a segunda foi a Revolução de 1930, um ato conduzido de fora para dentro – a emergência de uma nova classe social (...). Depois, nós tivemos, no pré-1964, a emergência de uma voz que tinha sido sempre calada, que é a voz do campesinato. Seus discursos e falas, postos nesta sociedade do silêncio, que aprendeu a silenciar corpos, mentes e cérebros, foi uma das coisas mais revolucionárias que aconteceram nos anos pré-1964. (OLIVEIRA, p. 53).

A situação educacional brasileira, na década de 1980, apresentava dados dramáticos: 50% das crianças reprovavam ou eram excluídas ao longo da 1ª série do 1º Grau; 30% da população constituía-se de analfabetos; 23% dos professores eram leigos e 30% das crianças estavam fora da escola. Além disso, 8 milhões de crianças no 1º Grau tinham mais de 14 anos, 60% de suas matrículas concentravam-se nas três primeiras séries, que reuniam 73% das reprovações. O fracasso escolar entre os alunos na 1ª série do ensino de 1º Grau passa a corresponder a 56% do total de matrículas. Esse fenômeno foi considerado como o "ponto de estrangulamento" do processo educacional. (BRANDÃO, 1983).

Esses indicadores, nas décadas posteriores, intensificaram, conseqüentemente, a já grande demanda de brasileiros, jovens e adultos, não alfabetizados ou com baixa escolarização. Esses mesmos indicadores, não coincidentemente, estão vinculados à realidade de 60% da população que vivia abaixo da linha da pobreza.

A partir do ano de 1985, o governo federal rompe com o modelo político de Educação de Jovens e Adultos do período militar e substitui o MOBREAL pela Fundação EDUCAR – Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – que ofereceu apoio técnico e financeiro a algumas iniciativas de EJA. Tais iniciativas deram-se através de prefeituras municipais e instituições da sociedade civil.

O MOBREAL foi alvo de duras críticas, tanto pela sociedade, como pelos movimentos sociais, quanto pelos estudiosos da educação. A mais significativa delas refere-se à falsidade

dos resultados divulgados, como também quanto ao seu sentido e real objetivo. Segundo Paiva, o regime militar revela de forma muito clara a sua linha de ação nacional no que tange à educação popular, Através do Mobral:

O Mobral deve ser visto como um dos “programas de impacto” (ao lado, por exemplo, da Transamazônica) do governo Médici. (...) pode ser apontado como sucessor dos programas pós-64 em matéria de educação de adultos, ou seja, sucessor simultaneamente da Cruzada ABC como programa alfabetizador, e do Projeto Rondon como *Programa de Ação Comunitária*, mantendo ao longo da sua existência uma orientação análoga àquela que predominou nestes programas nos anos 1960 e que foram – desde o início – intensamente criticados pelos profissionais da educação. (PAIVA, 1973, p. 13)

Em decorrência da pressão exercida pelos movimentos sociais – Movimento de Educação de Base (MEB) desenvolvido pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), os Centros Populares de Cultura (CPC) desenvolvidos pela União Nacional dos Estudantes (UNE) que, desde a década de 1950, organizavam-se e reivindicavam uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos, inclusive para a população do campo e com distorções série/idade, iniciando, inclusive, experiências de educação popular – o Ministério da Educação organizou a Comissão para a elaboração de Diretrizes Curriculares Político-Pedagógicas da Fundação EDUCAR, em 1986. Essa Comissão, atendendo aos movimentos populares efervescentes, reivindicou a oferta pública, gratuita e de qualidade do ensino de 1º Grau aos jovens e adultos e ainda fazia recomendações no sentido de se criar uma Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos, do seu financiamento e da urgente e necessária revisão das leis acerca do direito à educação.

A Fundação Educar (1986 a 1990) propiciou, através de subsídios, importantes experiências de educação básica de jovens e adultos. Algumas prefeituras municipais e instituições da sociedade civil, por exemplo, que tinham como princípios filosóficos os postulados freirianos, ofertaram essa modalidade de ensino com grande êxito. Como foi o caso do MOVA-SP (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos), criado em 1989, que tornou-se um marco dos Movimentos de Alfabetização de Jovens e Adultos implementados em Administrações Populares, a exemplo da São Paulo quando Paulo Freire assumiu a Secretaria Municipal, no então governo de Luiza Erundina (1989/ 1992). (FREITAG, 1995).

Val ressaltar que, ao criar a Fundação EDUCAR, O governo federal omitiu-se da responsabilidade em relação ao financiamento para a educação de jovens e adultos e cessou os programas de alfabetização até então existentes. Em contrapartida, passou a apoiar financeira e tecnicamente as iniciativas existentes, através de convênios com órgãos estaduais e municipais de ensino, empresa e entidades comunitárias (DI PIERRO, 1991, p. 25).

Nos anos de 1980, portanto, embora tenha ocorrido um alargamento dos direitos educativos formais da população jovem e adulta, as políticas educacionais sofreram restrições e ficaram situadas entre responsabilidade pública e privada, entre as políticas sociais compensatórias e a filantropia. Segundo Afonso Janela,

As políticas educacionais, até muito recentemente, eram políticas que expressavam uma ampla autonomia de decisão do Estado, ainda que essa autonomia fosse, necessariamente, a resultante das relações (complexas e contraditórias) com as classes sociais dominantes, e fosse igualmente sujeita às demandas das classes dominadas e de outros atores coletivos e movimentos sociais. Todavia, ainda que, cada vez mais, haja indicadores que apontam para uma crescente diminuição dessa autonomia relativa, continua a ser necessário fazer referência ao papel e lugar do Estado-nação, mesmo que seja para melhor compreender a sua crise atual e a redefinição do seu papel. (AFONSO JANELA, 2001, p. 16-17).

A Constituição Federal de 1988 reconhece a Educação de Jovens e Adultos como modalidade específica da educação básica, no conjunto das políticas educacionais brasileiras, estabelecendo-se o direito à educação gratuita para todos os indivíduos, inclusive aos que a ela não tiveram acesso na idade própria, garantindo o ensino fundamental obrigatório e gratuito para todos. Tal garantia não se efetivou em sua totalidade, ou pelo menos em percentuais aceitáveis para o contingente historicamente excluído.

No artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, havia o compromisso de o Poder Público, no período de dez anos, desenvolver esforços para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental, com recursos previstos para esse fim. Porém, com a extinção da Fundação percebe-se um vazio no âmbito de políticas públicas com investimentos no campo educacional. Segundo Frigotto (2002, p.59), no âmbito organizativo e institucional, a educação básica, de direito social de todos, passa a ser cada vez mais encarada como um serviço prestado e adquirido no mercado ou na filantropia.

Sem essa fundação para induzir as ações e programas da EJA, a responsabilidade pelo custeio e provisão da alfabetização de jovens e adultos recai sobre estados os municípios. O principal argumento utilizado foi que a relação custo-benefício da EJA é menos favorável que a educação primária de crianças. Desse modo, na reforma educacional brasileira dessa década, optou-se por destinar os recursos públicos no ensino fundamental de crianças e adolescentes, sob a alegação de que essa seria uma estratégia mais eficiente no sentido de prevenir o analfabetismo. (DI PIERRO, 2010).

Neste contexto, percebe-se que a luta pela Educação de Adultos não se deu de maneira afastada dos movimentos sociais⁵ populares. A título de exemplo, destacando uma experiência de âmbito municipal, o Programa Alfabetização e Cidadania - PAC, como um Programa de Jovens e Adultos que ocorreu entre 1991 e 1992 em São Bernardo do Campo, mantido através da Prefeitura e do Instituto Metodista do Ensino Superior. O Programa era organizado por representantes de docentes, discentes, e mais de cinquenta movimentos sociais do município, contemplando no cerne deste protagonismo, sindicatos, sociedade, amigos de bairro e igrejas diversas. Neste período, a política vivia um momento de extrema agitação, com diferenças de classes provenientes do sistema capitalista, principalmente com a onda conservadora instaurada no país com a adesão definitiva do Brasil ao neoliberalismo a partir do Governo Collor. No âmbito da educação, destacamos além do problema da sistematicidade de repasse de recursos para os demais entes federados pela União, um contingente de 20% da população brasileira analfabeta, conforme dados do Censo do IBGE de 1991.

O PAC surgiu nesta conjuntura e o seu conceito visava organizar a população, objetivando melhorar as condições de vida da sociedade. Atrelá-los à educação criaria possibilidades de fortalecer as ações dos movimentos populares, permitindo que houvesse uma pedagogia transformadora. Em 1992, o PAC contava com 125 salas de aula e 4030 discentes. Este número de integrantes teve uma relação com a participação ativa dos movimentos sociais populares. O PAC e os múltiplos movimentos sociais são provenientes de uma cultura trabalhista que se organizou em movimento sindical e movimento popular, ultrapassando os limites do movimento cultural.

Na década anterior, em 1988, também em São Bernardo do Campo, surgiu o Programa Alfabetização e Organização Popular, como resultado de lutas de movimentos sociais, cultivados através de convênios representados pelo Clube de Mães da Favela do Parque São Bernardo e a Fundação Educar. Para lecionar no Programa, o monitor era indicado pelos movimentos sociais da cidade e tinha a responsabilidade de estar agindo nestas organizações.

⁵ - Neste artigo, entendemos movimentos sociais, a partir da premissa de Gohn (2011), como fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, para a autora, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social. Por isso, para analisar esses saberes/práticas, e para nós, como essas práticas interferiram historicamente nos rumos da Educação Popular e da Educação de Jovens e Adultos, deve-se buscar as redes de articulações que os movimentos sociais estabelecem na prática cotidiana e indagar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural do país quando as articulações acontecem. Essas redes são essenciais para compreender os fatores que geram as aprendizagens e os valores da cultura política que vão sendo construídos no processo interativo. A relação movimento social e educação existe a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais. Ocorre de duas formas: na interação dos movimentos em contato com instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações. No meio acadêmico, eles alcançam dimensão especialmente nos fóruns de pesquisa e na produção teórico-metodológica existente. Cumpre salientar, que o estudo dessa relação é relativamente recente.

O Programa desenvolveu-se por várias áreas periféricas da cidade. Desse modo, os integrantes reuniam-se na elaboração de projetos para conseguir estabelecer um convênio com a Prefeitura de São Bernardo do Campo.

Após o fim da Fundação Educar⁶, o investimento da Educação de Jovens e Adultos ficou sob à responsabilidade dos estados e municípios da federação, até o advento do FUNDEB⁷. Em 1991, a sociedade civil organizada, representada por cinquenta e sete movimentos sociais, aprovou o Programa Alfabetização e Cidadania anteriormente citado. Eles lutavam através do PAC em busca da conquista de direito do ato cultural de aprender. Diante disso, nesta realidade específica, os movimentos sociais, por meio das articulações da esfera pública e política, contribuíram para colocar em prática os interesses da sociedade civil no âmbito da Educação de Jovens e Adultos.

Nesta perspectiva, Freire construiu uma proposta libertadora partindo de uma práxis educativa, levando em consideração os movimentos de jovens e trabalhadores rurais do campo. A partir de uma nova práxis educativa, os educadores passaram a reeducar os jovens e adultos partindo de suas realidades, aproveitando seus saberes, valores, cultura e construindo conhecimentos. Freire (2003) ainda salienta:

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. (FREIRE, 2003, p.52).

Neste contexto, diante da ação educativa, o docente passava a libertar-se da ignorância e do seu estado de tutela, tornando-se um indivíduo autônomo. A Educação de Jovens e Adultos tem terreno fértil no seio dos movimentos sociais, e desde as primeiras iniciativas de

⁶ - Segundo Haddad e Di Piero (2000), apesar de ter herdado do MOBREAL funcionários, estruturas burocráticas, concepções e práticas político-pedagógicas, a Fundação Educar incorporou muitas das inovações sugeridas pela Comissão que em princípios de 1986 formulou suas diretrizes político-pedagógicas. O paralelismo anteriormente existente foi rompido por meio da subordinação da Fundação Educar à Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus do MEC. A Educar assumiu a responsabilidade de articular, em conjunto, o subsistema de ensino supletivo, a política nacional de Educação de Jovens e Adultos, cabendo-lhe fomentar o atendimento nas séries iniciais do ensino de 1º grau, promover a formação e o aperfeiçoamento dos educadores, produzir material didático, supervisionar e avaliar as atividades.

⁷ - O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, que vigorou de 1998 a 2006. Para aprofundamento, verificar os percentuais destinados à EJA e às sub-modalidades, a exemplo dos percentuais de 0,7% do FUNDEB, conforme consta no Art. 37 da Lei 11.494/2007 “XIV - educação de jovens e adultos com avaliação no processo - 0,70 (setenta centésimos); XV - educação de jovens e adultos integrada à educação profissional de nível médio, com avaliação no processo - 0,70 (setenta centésimos)”.

Paulo Freire antes da implantação da ditadura, buscou constituir-se como uma modalidade e um elemento imprescindível para a formação humana omnilateral⁸. Nesta relação orgânica, tanto a história da EJA no Brasil, como a história dos Movimentos Sociais, tem sido marcada por muitas lutas e campanhas, necessitando sempre de uma participação popular sistemática, justamente para que as suas pautas sejam incluídas na agenda pública.

No ano de 1990, houve a intensificação de vários movimentos, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e das ONG, além de outros grupos, como os movimentos sindicais de professores, bem como o arrefecimento de tantos outros.

A história dos movimentos sociais teve maior efervescência no final de 1970, no período de combate à ditadura militar pela sociedade civil. A difusão do pensamento marxista estava no apogeu, caracterizada pela luta de classes. Em 1990, as lutas contra a pobreza e exclusão social tornaram-se mais evidentes. Diante disso, os movimentos sociais foram imprescindíveis no Brasil. Nesta perspectiva, Gohn enfatiza:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes camadas sociais, articuladas em certos cenários de conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. (...) (GOHN, 1997, p. 251).

Desse modo, percebe-se que os movimentos sociais são manifestações construídas por grupos plurais pertencentes à sociedade civil com interesses diversos. Essas manifestações surgiram a partir da inquietude e da não aceitação das dimensões de opressão das classes populares.

Na década de 1990 é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN 9.394/96), segundo a qual a EJA passa a ser considerada uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio com especificidade própria, superando sua dimensão de ensino supletivo, regulamentando sua oferta a todos aqueles que não tiveram acesso ou não concluíram o ensino fundamental. No Artigo 37 da mesma lei, consta: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”, assim a EJA adquire maior abrangência.

⁸ - Para Saviani (2003) a omnilateralidade pode ser traduzida no próprio desenvolvimento da base produtiva, que coloca a necessidade de universalização de uma escola unitária que desenvolva ao máximo as potencialidades dos indivíduos (formação omnilateral), conduzindo-os ao desabrochar pleno de suas faculdades intelectuais-espirituais. O processo de produção se automatiza; em outras palavras, se torna autônomo, autorregulável, liberando o homem para a esfera do não-trabalho. Generaliza-se, assim, o direito ao lazer, ao tempo livre, atingindo-se o “reino da liberdade”.

Vale ressaltar que, ainda em 1996, houve a aprovação da Emenda Constitucional n.º 14/1996, a qual, contraditoriamente, suprime a obrigatoriedade do poder público em oferecer o Ensino Fundamental para o público da EJA, além de suprimir também o compromisso de eliminar o analfabetismo no prazo de dez anos, bem como a vinculação dos percentuais de recursos financeiros estabelecidos em Lei para este fim.

Ainda com base nessa mesma Emenda, cria-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), regulamentado pela Lei 9424/96, importante medida para a educação regular. Entretanto, para a EJA é mais um processo de exclusão, visto que essa lei veta a contabilização das matrículas no Ensino Fundamental nessa modalidade, para fins de repasse desses recursos. Essa é mais uma evidência do descaso para com a demanda do público da EJA, visto que este veto inviabilizou a inclusão deste público.

No governo de FHC, adotou-se uma política educacional tecnocrática com o claro objetivo de manter o controle social do Estado e dar início a um processo de privatização das políticas sociais, cujo pilar foi o Programa Alfabetização Solidária. Quanto a isso, observemos a análise que Frigotto faz da conjuntura política do governo FHC e a educação, diz que:

[...] o governo brasileiro, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995/1998 e 1999 a 2002) buscou adequar o sistema de ensino à reforma do Estado brasileiro, imposta pela conjuntura econômica internacional. Nesse período, a política educacional brasileira esteve subordinada a doutrina dos organismos internacionais. [...] as reformas implementadas foram pautadas —pelo desmonte da esfera dos direitos, da esfera pública e passam a produzir políticas de alívio à pobreza. (FRIGOTTO, 2002, p. 57 e 59).

Houve, nesse período, grande indiferença aos apelos dos movimentos sociais, estudiosos e da sociedade. Segundo Gilmar Piola⁹, houve mais desacertos do que acertos na Educação de Jovens e Adultos. A queda na taxa de analfabetismo na população com 15 anos ou mais de idade, de 16,6%, em 1994, para 13,6%, em 2000, foi residual. A redução mais significativa do analfabetismo deu-se na faixa etária de 15 a 29 anos. O país, contudo, continuou a ostentar uma legião de 15 milhões de analfabetos. Ao contrário do prometido, o governo não aumentou o repasse de recursos para estados e municípios e entidades não governamentais para o desenvolvimento de programas de alfabetização. Também não conseguiu ofertar cursos equivalentes às quatro séries finais do ensino fundamental para toda

⁹ http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_colunas/g_piolla/id180702.htm

a população de 15 a 30 anos que havia cursado apenas as quatro séries iniciais desse nível de ensino.

A proposta para EJA, no governo do PT, que teve início em 2003 com o Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2010) e prossegue com a Presidente Dilma Rousseff, em função das cobranças das múltiplas forças sociais, a alfabetização de jovens e adultos, embora mencionada no rol de prioridades governamentais, deu continuidade às propostas curriculares do governo FHC para a EJA e, ainda que mantenha a perspectiva mercadológica neoliberal, implementa algumas mudanças com o desenvolvimento de vários programas destinados à EJA, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Plano Nacional de Formação do Trabalhador (PLANFOR), o Alfabetização Solidária, o Programa Brasil Alfabetizado, Programa Fazendo Escola, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional (PROEJA) com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM). (DI PIERRO, 2010).

O primeiro Ministro de Educação, Cristovam Buarque, numa tentativa de superar a questão do analfabetismo no Brasil, criou, através do MEC (Ministério de Educação e Cultura), com a chancela da UNESCO, o PBA (Programa Brasil Alfabetizado), conseguindo a adesão de organizações sociais, alguns Estados e municípios do país. Através de convocação para uma comissão nacional com participação de representantes da sociedade civil, reestabelecendo diálogo que havia sido cessado no período FHC. Apesar dos esforços, o Programa, assemelhou-se às antigas campanhas de alfabetização, uma vez que conservou aspectos como módulo de ensino e aprendizagem de curta duração, alfabetizadores improvisados, sem qualificação, falta de acompanhamento, de mecanismos que garantam a permanência dos estudantes na escola, de modo a dar continuidade aos estudos a fim de consolidar e prosseguir em suas aprendizagens. (DI PIERRO, 2010).

Esse governo, embora tenha avançado e conseguido reduzir o analfabetismo no país, ainda precisa adotar políticas educacionais para o público da EJA e fazer o devido monitoramento e avaliação da política. Não basta criar políticas, programas e instrumentos legais se não houver acompanhamento da execução e avaliação do desempenho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na primeira metade dos anos 1980, com a abertura democrática do país, as grandes questões sociais geraram importantes e significativos debates, dentre eles, a educação pública, de qualidade e universalizada para todos, considerando a trágica realidade educacional do país. A atuação dos Movimentos sociais foi preponderante e decisivo nesse momento e, juntamente com a luta e esforços de estudiosos, como Paulo Freire, levaram sociedade e governo a discutir a questão do direito à educação.

Para que se priorize a Educação de Jovens e Adultos enquanto uma modalidade educacional inscrita no campo do direito, faz-se necessário dar um salto qualitativo para superar o viés compensatório, cujos principais fundamentos são a de recuperação de um tempo de escolaridade perdido no passado e a ideia de que o tempo apropriado para o aprendizado é a infância e a adolescência. Nesta perspectiva, é preciso buscar uma concepção mais abrangente, a chamada função qualificadora, que prima por uma educação permanente e prioriza os aspectos inerentes ao tempo e espaço de aprendizagem, em que os sujeitos cognoscíveis e cognoscentes elaboram processos de interrelação com o mundo à sua volta, considerando que a juventude, a fase adulta e a envelhescência são também tempos de aprendizagens, cujas apreensões podem e devem ser estendidas para toda a vida.

De fato, vemos que a EJA precisa avançar na definição de um campo específico de reflexão e prática pedagógica, superando o paradigma de educação compensatória a favor de uma educação mais prospectiva, com a primazia de conjugar a vivência da educação básica com a promoção do desejo e a expectativa de acesso dos educandos da EJA a níveis mais elevados de ensino, como forma de concretizar a educação continuada para toda a vida como direito.

Em que pese as nuances, contratempos e preconceitos operados na gênese e no caminhar da Educação de Adultos no Brasil (1930-1964), e suas vinculações com a Educação Popular e aos movimentos sociais, comungamos com o pensamento de Freire (2003), entendendo que mesmo que os educandos da EJA não façam a leitura da palavra são seguros da leitura de mundo. A Educação Popular, atenta inclusive à preparação técnico-profissional dos grupos populares, não aceita e não subsume à posição de neutralidade política que a ideologia dominante espera desta modalidade. Ao contrário, insere-se num espaço-tempo de possibilidades, guiada por sujeitos conscientes que não prescindem de sonhos e precisam materializar os seus projetos de vida.

REFERÊNCIAS

AFONSO JANELA, Almerindo. **Reforma do Estado e políticas educacionais**: entre a crise do estado-nação e a emergência da regulação supranacional. *Educação & Sociedade*, ano XXII, nº 75, Agosto/2001.

BRANDÃO, Zaia *et al.* **Evasão e repetência no Brasil**: a escola em questão. 2. ed. Rio de Janeiro: Dois pontos, 1983.

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em cinco de outubro de 1988. Disponível em: Acesso em março de 2015.

_____. Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional. Nº 9.394 de dezembro de 1996. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: janeiro de 2011.

DI PIERRO, Maria Clara. **A Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação**: Avaliação, desafios e perspectivas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul.-set. 2010.

_____. **A educação de jovens e adultos na nova LDB**. In: Simpósio Nacional sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Rio de Janeiro, 1991. Anais... Rio de Janeiro, mimeo.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 37. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003

FREITAG, Bárbara. **Escola, estado & sociedade**. São Paulo: Pontes, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a construção democrática no Brasil**: da ditadura civil-militar à ditadura do capital. In: *Democracia e Construção do Público no pensamento educacional brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 47. Rio de Janeiro: ANPEd, 2011, p. 333-361.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de Educação de Jovens e Adultos. In: **Revista Brasileira de Educação**. Nº 14. Rio de Janeiro: ANPEd, 2000, p. 108-130.

OLIVEIRA, Ramon de. **Políticas do ensino médio e da educação profissional no Brasil – anos 90: subordinação e retrocesso educacional**. 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

PAIVA, Vanilda P. **Educação popular e Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: Edições Loyola. 1973.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnicia. In: **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Ano 1, nº 1. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003, p. 131-152.